

REQUERIMENTO Nº , de 2016
(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

Requer a inclusão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado entre as Comissões encarregadas da análise do Projeto de Lei nº 1.681, de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 1.681, de 2015, obriga as instituições financeiras a disponibilizarem, nos seus terminais eletrônicos de autoatendimento, papel-moeda suficiente para atendimento de seus clientes, inclusive nos finais de semana.

A matéria precisa ser analisada quanto aos seus riscos e impactos sob o aspecto de segurança pública e violência urbana, além de verificar se a medida poderia ou não implicar em um incentivo ao crime organizado que ataca caixas eletrônicos.

Conforme mencionou a Comissão de Defesa do Consumidor, em sua análise, tais aspectos de segurança estão na lide da questão:

Este Congresso Nacional aprovou recentemente a Lei nº 13.124, de 21 de maio de 2015, para envolver a Polícia Federal na apuração de ataques a Bancos devido ao assustador volume de ocorrências, principalmente durante os finais de semana.

Assim, nosso entendimento é o de que a liberdade dada às instituições financeiras para considerarem aspectos como o índice de periculosidade de determinadas regiões, frequência de ataques por criminosos e outros que influenciam no abastecimento de caixas eletrônicos durante os finais de semana visa também proteger a sociedade, uma vez que eventuais ataques bem sucedidos impulsiona ainda mais o crime organizado em prejuízo de todos.

O art. 32, inciso XVI, estabelece ser de competência dessa Comissão a análise de tais aspectos, motivo que nos leva a propor o presente requerimento.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2016.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – PTB/SP